



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDENCIA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE  
SEÇÃO DE TRANSPORTE – 3388 9449 – transporte@trt7.jus.br**

**TERMO DE REFERENCIA**

PROAD nº 7706/2019

**1 UNIDADE REQUISITANTE: SEÇÃO DE TRANSPORTE**

**2 DO OBJETO A SER LICITADO:** Contratação do serviço de SEGURO TOTAL (Colisão, Incêndio, furto e Roubo fenômenos da natureza) com assistência 24 (vinte quatro) horas para os 29 (vinte nove) veículos da frota oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para um período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período até o prazo de 60 meses.

Item	Descrição/Especificação	Código CATSER	Quant.	UND	Valor Máximo Aceitável
01	Contratação de Seguro Total de Veículos para a frota de 29 veículos oficiais pertencentes ao TRT 7ª Região	22764	01	Serviço	R\$ 45.239,51

**3 PERÍODO DE EXECUÇÃO – VIGENCIA DA APÓLICE**

A apólice referente aos veículos apresentados na Tabela do Anexo I terá sua vigência a partir de zero hora do dia 02/01/2020 até às 24h do dia 02/01/2021, perfazendo um período de 12(doze) meses, prorrogável por igual período até o prazo de 60 meses, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/1993

Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada a data do recebimento da nota de empenho.

**4 JUSTIFICATIVAS DO REQUISITANTE**

Considerando a necessidade de proporcionar segurança aos magistrados e servidores que utilizam os veículos deste Tribunal, bem como evitar eventuais prejuízos com danos pessoais ou materiais próprios e a terceiros.

Considerando a vigência do atual seguro da frota de veículos oficiais do Tribunal termina às 24 horas do dia 02/01/2020. Há, portanto, a necessidade de renovação dos referidos seguros, em atendimento ao disposto no Art. 11, da Resolução nº 150/2011.

Considerando que desde o ano de 2012 não temos registro de sinistro com perda total do bem ou de danos a terceiros. Não há, portanto dados estatísticos sobre o tema em razão de que nos últimos 15 (quinze) não houve sinistros. Devido ao fato de não haver histórico de sinistros salientamos que não há previsão orçamentária para cobrir despesas de indenizações a terceiros e danos pessoais e corporais a terceiros, o que pode gerar um passivo de grande valor caso não haja a cobertura securitária.

Trata-se da execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e Decreto 10.024/2019.

## **5 CONDIÇÕES GERAIS**

### **5.1 Valor de Mercado Referenciado**

**5.1.1.** Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100%(cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgadas pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br) na data da indenização. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo Site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

**5.1.2.** Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilometro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo. Considera-se veículo zero quilômetro para fins de cobertura, aquele cujo sinistro tenha ocorrido em até 90 dias contados partir da data de entrega do veículo ao segurado, e se trate de primeiro sinistro.

### **5.2. DA APÓLICE**

**5.2.1.** Não será aceito cobrança de custo de emissão da apólice de acordo com a Resolução CNSP Nº. 264 de 05/10/2012

**5.2.2.** Deverá ser emitida uma única apólice para os veículos constantes da Tabela do anexo I;

**5.2.2.1.** Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

**5.2.2.2.** Indicação da tabela de referencia e a da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

**5.2.2.3.** Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%;

**5.2.2.4.** Prêmios discriminados por cobertura;

**5.2.2.5. Limites de indenizações por cobertura, conforme valores constantes do Anexo II – Orçamento estimado.**

**a)** Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)

**I** – Valor para indenização de danos materiais;

**II** – Valor para indenização de danos pessoais;

**b)** Acidente por Passageiro (APP):

**I** – Valor para indenização morte por pessoa;

**II** – Valor para indenização invalidez por pessoa;

**5.2.2.6 Para o Veículo Caminhão Placas ORW-3181 (item 19) deverá ser Segurado o Baú de Marca São Paulo avaliado em R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), Kit Rodo-Ar Marca Capanema avaliado em R\$ 1.200,00 (Hum Mil e Duzentos Reais) assim como a Plataforma Elevatória Marca Marksell Modelo MKS 1100 P3E avaliado em R\$ 12.300,00 (Doze Mil e Trezentos Reais)**

**5.2.2.7.** Bônus, quando houver, observando o disposto no item **5.5.** deste Termo de Referencia.

**5.2.2.8.** Franquia aplicável. Observando o disposto no item **5.7.1.2.** deste Termo de Referencia;

**5.2.3.** A entrega das apólices deverá ser realizada no prazo máximo de 45 (Quarenta e Cinco) dias, a contar do recebimento da nota de empenho.

**5.2.3.1.** A empresa deverá entregar as apólices na Seção de Transportes do TRT 7ª Região, sito a Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº. 1077 – Aldeota – Fortaleza – CE, CEP: 60.150-150.

**5.2.3.2.** O recebimento provisório das apólices, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado no ato da entrega pela contratada ao TRT 7; e o recebimento definitivo será realizado mediante termo circunstanciado, em até 15(quinze) dias contados do recebimento provisório.

**5.2.4.** Para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 20 (Vinte) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela Seção de Transportes do TRT.

**5.2.5.** O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

### **5.3 AVARIAS**

**5.3.1.** Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação do seguro, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

**5.3.2.** Após procedimento de reparo, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da ‘Clausula de Avaria’.

**5.3.3.** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

**5.3.4.** Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item **5.10** deste Termo de Referência, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir do recebimento da Nota de Empenho, de acordo com objeto deste seguro.

### **5.4. DO AVISO DE SINISTRO**

**5.4.1.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro através de serviço de 0800, sem ônus para o contratante.

**5.4.2.** A central também poderá funcionar por e-mail, fax ou serviço on-line, com acessibilidade em todo o território nacional.

**5.4.3.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e concluir sobre a cobertura.

**5.4.4.** Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

### **5.5. DOS BÔNUS:**

**5.5.1.** A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos no Anexo I, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.

**5.5.2.** A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes no Anexo I.

## **5.6. DO ENDOSSO:**

**5.6.1.** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo TRT 7 e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos **5.15.** e **5.16.** deste Termo de Referência.

**5.6.2.** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

**5.6.3.** A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pela Seção de Transportes.

## **5.7. DA FRANQUIA:**

**5.7.1.** A franquia considerada é de acordo com a tabela do ANEXO II, devendo ser observados os itens a seguir:

**5.7.1.1.** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**5.7.1.2.** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo definido na Tabela do **ANEXO II**, por veículo, podendo ser ofertada, de acordo com análise de sinistralidade e bônus, franquias de valores menores.

**5.7.1.3.** Em caso de Sinistro de Perda Parcial, **o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TRT 7ª Região, preferencialmente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua Regularidade Fiscal relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), Seguridades Social, ao FGTS e Débitos Trabalhistas, o pagamento da franquia deverá ser efetuada à seguradora emitente da apólice.** A Seguradora que tiver tido creditado em seu favor o valor do pagamento da franquia responsabilizar-se-á pelo repasse desse crédito à oficina credenciada que executou os serviços de conserto do veículo sinistrado.

**5.7.1.4.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

**5.8. SALVADOS:** Uma vez paga a indenização integral por danos causados ao veículo segurado, os salvados pertencerão à seguradora.

## **5.9. DOS SINISTROS:**

**5.9.1.** Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

**5.9.1.1.** Indenização em caso de roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto,

**5.9.1.2.** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

**5.9.1.3.** Raios, Granizo e suas conseqüências.

**5.9.1.4.** Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

**5.9.1.5.** Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**5.9.1.6.** Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

**5.9.1.7.** Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

**5.9.1.8.** Cobertura de Faróis, Vidros e retrovisores externos e lanternas com cobrança de franquia de acordo com o item a ser substituído;

**5.9.1.9.** Danos causados durante o tempo em que, como conseqüência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenização por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

**5.9.1.10.** Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais).

**5.9.1.11.** Acidente Pessoal (APP – Morte ou invalidez)

**5.9.1.12.** Acessórios originais de fábrica ou não;

**5.9.1.13.** Danos Causados a Pneus, em caso de acidentes;

**5.9.1.14.** Atos involuntários praticados por terceiros.

**5.9.2.** Cobertura adicional de assistência 24 horas por dia 7 (sete) dias por semana para veículos, passageiros e condutores, com os seguintes serviços mínimos:

**a)** Chaveiro;

**b)** Socorro Mecânico;

c) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante, com quilometragem ilimitada dentro do estado do Ceará;

d) Troca de vidros (Laterais, Traseiro e para-brisa) faróis e lanternas;

c) Transporte de condutor e passageiros em caso de imobilização ou sinistro do veículo segurado.

**5.9.2.1** A assistência 24 horas estender-se-á a todo o estado do Ceará, sem aplicação de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura de guincho e reboque.

## **5.10. DA VISTORIA PRÉVIA:**

**5.10.1.** As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer ao TRT, no horário das 8 às 15 horas. A vistoria dos veículos constantes do Anexo I deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (0xx85) 3388-9449, na Seção de Transportes, sito à Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077 – Aldeota, Fortaleza - CE.

**5.10.2.** O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e acessórios.

## **5.11. REGULAÇÃO DE SINISTRO:**

**5.11.1.** Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas conseqüências e concluir sobre a cobertura.

**5.11.2.** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

**5.11.3.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.

**5.11.4.** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**5.11.5.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.



**5.11.6.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da entrega da documentação básica referente ao sinistro.

**5.11.7.** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 0,2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

## **5.12. DA INDENIZAÇÃO:**

**5.12.1.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

**5.12.2.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

**5.12.3.** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

## **5.13. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL:**

**5.13.1.** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**5.13.2.** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

**5.14. DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO:** Na formulação de preços e avaliação de riscos deverão ser levados em conta os fatores abaixo;

**5.14.1.** Os veículos são conduzidos exclusivamente por Agentes de Transporte, Agentes de Segurança e servidores autorizados pelo TRT 7ª Região;

**5.14.2** OS veículos por regra, quando na sede do TRT, pernoitam e permanecem durante finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardada por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas.

**5.14.3.** Portanto, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

### **5.15. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO:**

**5.15.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

**5.15.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**5.15.3.** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRT7.

**5.15.4.** Caberá a Seção de Transportes do TRT, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

### **5.16. DA EXCLUSÃO:**

**5.16.1.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

**5.16.2.** O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Seção de Transporte à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**5.16.3.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**5.16.4.** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU em até 10(dez) dias a contar do recebimento da comunicação por escrito, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRT 7.

## **6. RELAÇÃO DA FROTA: Anexo I.**

**7. ORÇAMENTO ESTIMADO:** O orçamento estimado deverá ser apresentado de acordo com os valores, coberturas e observações constantes do **Anexo II**, deste Termo.

## **8. DO PAGAMENTO:**

**8.1** O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Apólice, condicionada ao recebimento definitivo e devidamente atestada pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade:

- Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);
- Seguridade Social (INSS);
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;
- Regularidade Trabalhista (CNDT).

**8.2** O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

**8.3** No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**8.3.1.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

## **9 - DA HABILITAÇÃO**

**9.1** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;
- d) qualificação econômico-financeira:

**9.2** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**9.3** Os documentos relativos à Habilitação Jurídica são:

**9.3.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.3.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.3.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.3.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.3.6** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.3.7** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

**9.3.8** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.4** Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;
- b. Comprovante de inscrição no Cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) Fazenda Estadual e Fazenda Municipal;
- d. Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**9.5** Qualificação econômico-financeira: o licitante vencedor da etapa de lances deverá apresentar Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**9.6** Comprovação de Autorização de funcionamento e habilitação da Seguradora perante à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do Art. 44 do Decreto nº 60.459, de 13 de Março de 1967, em plena validade, bem como para atuar na modalidade objeto desta licitação.

## **10. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**10.1.** A gestão e a fiscalização da contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais dê, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

**10.2** A administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de aditivo.

**10.3** Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº 8/2019, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**10.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**10.5** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.6** O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.7** O fiscal deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**10.8** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**10.09.** As informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada poderão ser buscados através dos telefones (85) 3388-9449.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obriga-se a Contratada a:

**11.1.** Emitir Apólices novas, discriminando, no entanto, as coberturas para cada um dos veículos, de acordo com as condições da proposta, inclusive quanto à franquia; dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo.

**11.2.** Fornecer, quando da entrega da apólice, Manual do Segurado, contendo minuciosamente os serviços prestados, inclusive garantias adicionais, se for o caso.

**11.3.** Disponibilizar serviço de guincho, 24 horas, todos os dias, desde o local do sinistro até a oficina contratada ou outro local indicado pelo Tribunal sem limite de quilometragem, onde o veículo permanecerá abrigado até o início dos serviços reparatórios.

**11.4.** Colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro via telefone 0800, que poderá funcionar também por e-mail, fax ou serviço on-line, com acessibilidade em todo território nacional.

**11.5.** Após registro do sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e concluir sobre a cobertura.

**11.6.** Proceder à assistência, em caso de sinistro, no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação, inclusive no atendimento de guincho (reboque) para todo o Estado do Ceará.

**11.7.** Nos casos de sinistros que obriguem a realização de serviços, estes deverão ser executados, desde que tenha a aprovação e autorização do contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças e acessórios originais da marca do fabricante do veículo sinistrado.

**11.8.** Responsabilizar-se pelos serviços de reparos que deverão ser executados no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados do aviso de sinistro pelo contratante.

**11.9.** Promover a indenização dos serviços necessários à reparação dos danos causados pelo sinistro no prazo de 30(trinta) dias contados do aviso de sinistro.

**11.10** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**11.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

**11.12.** Manter, durante a execução do contrato, as condições exigidas para contratação.

**11.13.** Por ocasião do recebimento da nota de empenho, a contratada deverá nomear (mediante comunicação escrita) preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato.

## **12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**12.1.** Emitir nota de empenho;

**12.2.** Comunicar à seguradora a ocorrência de qualquer sinistro;

**12.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada;

**12.4.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

**12.5.** Fiscalizar, sem prejuízo da total responsabilidade da contratada perante o contratante ou terceiros, a execução dos serviços.

**12.6.** Promover o pagamento na forma e no prazo estipulados neste Termo.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela não prestada tempestivamente, limitada a 10% (dez por cento).

**13.1.1.** Se o atraso de que trata o item **13.1** ultrapassar o prazo de 10 dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**13.2.** Além das sanções previstas no item supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

**a) Advertência;**

**b) multa**, no percentual de **10 % (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato por culpa da contratada;

**c) multa**, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato;

**d) multa**, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

**13.3.** A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

**13.4.** A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

**14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Regional.

### **15 VALOR ESTIMADO: Conforme Anexo III**

**15.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:** Os preços estimados, tanto unitário quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

**16 REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**. O objeto caracterizado pelo termo de referência teve padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto plenamente disponível no mercado. Desse modo, consoante previsão do art. 1º da Lei nº 10.520/02 c/c Dec. Federal nº 10.024/2019, o pretendido certame licitatório deverá ser



processado na modalidade pregão, na forma eletrônica e do tipo menor preço global, uma vez que, a consecução do objeto em vários contratos, maximizaria a influência de fatores que contribuiriam para tornar mais dispendiosa a contratação, dificultando assim o acompanhamento e a fiscalização dos contratos.

**17 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO:** Haverá impacto orçamentário nos exercícios financeiros subsequentes caso haja a renovação da apólice.

#### **18 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:**

Em conformidade com o art. 16, §3º, do Decreto nº 60.459/67, com redação dada pelo Decreto nº 93.871/1986, é vedada a interveniência de corretores ou intermediários, no ato da contratação ou enquanto vigorar o ajuste.

#### **19 PARTES INTEGRANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

**19.1 ANEXO I** – Relação de veículos que compõem a frota a ser segurada;

**19.2 ANEXO II** – Formulário para proposta de preços;

**19.3 ANEXO III** – Custo Estimado da contratação.

**Fortaleza, 19 de Dezembro de 2019.**

**Luiz Joel de Melo**

Coordenador da Seção de Transporte